



ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1.2. Tendo como embasamento legal a Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021, a da abertura de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais elétricos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e demais secretarias municipais.

2. DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
1.	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL	UN	10
2.	INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES + TOMADA (2P+T) 10A	UN	100
3.	INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES + TOMADA (2P+T) 20A	UN	100
4.	INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES	UN	100
5.	INTERRUPTOR 02 TECLAS SIMPLES	UN	50
6.	INTERRUPTOR 02 TECLAS SIMPLES + TOMADA (2P+T) 10A	UN	50
7.	INTERRUPTOR 02 TECLAS SIMPLES + TOMADA (2P+T) 20A	UN	50
8.	PLACA CEGA LINHA MODULAR COM SUPORTE 4X2	UN	100
9.	PLACA CEGA LINHA MODULAR COM SUPORTE 4X2 P/ 01 MODULO HORIZONTAL	UN	100
10.	INTERRUPTOR DE EMBUTIR PARALELO 10A 250V (REF 8122)	UN	100
11.	INTERRUPTOR DE EMBUTIR SIMPLES 10A 250V (REF 8122)	UN	100
12.	TOMADA DE EMBUTIR 10A 250V (REF 8122)	UN	100
13.	TOMADA DE EMBUTIR 20A 250V (REF 8122)	UN	100
14.	TOMADA RJ45 08 FIOS (REF 8164)	UN	100
15.	TOMADA RJ11 02 FIOS (REF 8161)	UN	100
16.	APAGADOR TIPO PÊRA	UN	20
17.	ARMAÇÃO REX PADRAO 01 POLO	UN	10
18.	ARMAÇÃO REX PADRAO 03 POLOS	UN	10
19.	ARMAÇÃO REX PADRAO 04 POLOS	UN	10
20.	BOQUILHA COM RABICHO	UN	100
21.	BOQUILHA DE LOUÇA	UN	100
22.	CABO PP FLEXIVEL 3X2,5MM – PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM 247-5: 2009 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	MT	500
23.	CABO PP FLEXÍVEL 2X6MM – PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM 247-5: 2009 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	MT	1.000
24.	CABO PP FLEXÍVEL 2X4MM – PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM 247-5: 2009 -	MT	1.000



	CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.		
25.	CABO PP FLEXÍVEL 2X1,5MM – PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM 247-5: 2009 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	MT	500
26.	CABO PP FLEXÍVEL 2X2,5MM – PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR NM 247-5: 2009 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	MT	2.500
27.	CABO DUPLEX DE 10 MM	MTS	1.000
28.	CABO TRIPLEX DE 10 MM	MTS	1.000
29.	CABO TRIPLEX DE 16 MM	MTS	1.000
30.	CAIXA LUZ PLASTICA PVC OCTOGONAL 4X4	UN	200
31.	CAIXA LUZ PLASTICA PVC OCTOGONAL 3X3	UN	200
32.	CAIXA LUZ PLASTICA PVC 4X2	UN	500
33.	CAIXA LUZ PLASTICA PVC 4X4	UN	500
34.	CAMPAINHA DIGITAL S/ FIO	UN	20
35.	CHUVEIRO ELETRICO 220V/5400W	UN	30
36.	CHUVEIRO ELETRICO 127V/5400W	UN	30
37.	CONECTOR DE PERFURAÇÃO P. 120	UN	500
38.	CONECTOR PORCELANA BIPOLAR 16 MM	UN	50
39.	DISJUNTOR MONOPOLAR 20A REF. DIN	UN	30
40.	DISJUNTOR MONOPOLAR 32A REF. DIN	UN	30
41.	DISJUNTOR MONOPOLAR 40A REF. DIN	UN	30
42.	DISJUNTOR MONOPOLAR GE 60A	UN	30
43.	DISJUNTOR MONOPOLAR GE 70A	UN	30
44.	DISJUNTOR MONOPOLAR GE 90A	UN	30
45.	DISJUNTOR BIPOLAR 20A REF. DIN	UN	30
46.	DISJUNTOR BIPOLAR 32A REF. DIN	UN	30
47.	DISJUNTOR BIPOLAR 40A REF. DIN	UN	30
48.	DISJUNTOR BIPOLAR GE 60A	UN	30
49.	DISJUNTOR BIPOLAR GE 70A	UN	30
50.	DISJUNTOR BIPOLAR GE 90A	UN	30
51.	DISJUNTOR TRIPOLAR 20A REF. DIN	UN	10
52.	DISJUNTOR TRIPOLAR 25A REF. DIN	UN	10
53.	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A REF. DIN	UN	10
54.	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A REF. DIN	UN	10
55.	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A REF. DIN	UN	10
56.	DISJUNTOR TRIPOLAR 60A REF. DIN	UN	10
57.	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A REF. DIN	UN	10
58.	FILTRO DE LINHA COM 03 BASES TOMADAS COM GABINETE DE METAL COR CINZA COM PINTURA EPOXI CHAVE LIGA-DESLIGA COM LED INDICADOR LUMINOSO E ABA PARA FIXACAO. CORRENTE MAXIMA DE 10A EM 127V/10A EM 220V. TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: 127V/220V BIVOLT CABO PP 3X0,75MM DE 1,00 METROS CERTIFICADOS PELO INMETRO. TOMADAS FNT (FASE, NEUTRO, TERRA) NO PADRAO NBR 14136. PROPRIO PARA ELIMINAR OU ATENUAR RUÍDOS DA REDE	UN	20



	ELETRICA.PROTECAO CONTRA SOBRECARGAS, SURTOS DE TENSÃO E CURTOS-CIRCUITOS.		
59.	FILTRO DE LINHA COM 04 BASES TOMADAS COM GABINETE DE METAL COR CINZA COM PINTURA EPOXI CHAVE LIGA-DESLIGA COM LED INDICADOR LUMINOSO E ABA PARA FIXAÇÃO. CORRENTE MÁXIMA DE 10A EM 127V/10A EM 220V. TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: 127V/220V BIVOLT CABO PP 3X0,75MM DE 1,00 METROS CERTIFICADOS PELO INMETRO. TOMADAS FNT (FASE, NEUTRO, TERRA) NO PADRÃO NBR 14136.PROPRIO PARA ELIMINAR OU ATENUAR RUÍDOS DA REDE ELETRICA.PROTECAO CONTRA SOBRECARGAS, SURTOS DE TENSÃO E CURTOS-CIRCUITOS.	UN	30
60.	FILTRO DE LINHA COM 05 BASES TOMADAS COM GABINETE DE METAL COR CINZA COM PINTURA EPOXI CHAVE LIGA-DESLIGA COM LED INDICADOR LUMINOSO E ABA PARA FIXAÇÃO. CORRENTE MÁXIMA DE 10A EM 127V/10A EM 220V. TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: 127V/220V BIVOLT CABO PP 3X0,75MM DE 1,00 METROS CERTIFICADOS PELO INMETRO. TOMADAS FNT (FASE, NEUTRO, TERRA) NO PADRÃO NBR 14136.PROPRIO PARA ELIMINAR OU ATENUAR RUÍDOS DA REDE ELETRICA.PROTECAO CONTRA SOBRECARGAS, SURTOS DE TENSÃO E CURTOS-CIRCUITOS.	UN	30
61.	FIO FLEXÍVEL 750V 1,50MM ² COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	MT	1.000
62.	FIO FLEXÍVEL 750V 1,50MM ² COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70	ROLO	80



	GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS. ROLO COM 100 MTS		
63.	FIO FLEXÍVEL 750V 10,00MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	MT	3.000
64.	FIO FLEXÍVEL 750V 10,00MM COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	ROLO	30
65.	FIO FLEXÍVEL 750V 2,50MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO	MT	2.000



	DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.		
66.	FIO FLEXÍVEL 750V 2,50MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS. ROLO COM 100 MTS	ROLO	100
67.	FIO FLEXÍVEL 750V 4,00MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	MT	1.500
68.	FIO FLEXÍVEL 750V 4,00MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 -	ROLO	80



	CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.ROLO COM 100 MTS		
69.	FIO FLEXÍVEL 750V 6,00MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	MT	1.200
70.	FIO FLEXÍVEL 750V 6,00MM2 COR: DIVERSA - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO Á BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS. ROLO COM 100 MTS	ROLO	80
71.	FIO PARALELO 1,5MM PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5410 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 700 V.	MT	600
72.	FIO PARALELO 1,5MM ROLO COM 100 MTS PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5410 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 700 V.	ROLO	20
73.	FIO PARALELO 2,5MM PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5410 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 700 V.	MT	1.000
74.	FIO PARALELO 2,5MM ROLO COM 100 MTS PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5410 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 700 V.	ROLO	20
75.	FITA ISOLANTE 10 MTS	UN	100



76.	FITA ISOLANTE 20 MTS	UN	20
77.	FITA ISOLANTE AUTOFUSAO 02 MTS	UN	20
78.	FITA ISOLANTE AUTOFUSAO 10 MTS	UN	30
79.	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2 METROS - HASTE DE ATERRAMENTO - DE COBRE, TIPO COOPERWELD, E DIAMETRO DE 5/8" X 2,40 M	UN	50
80.	LAMPADA LED 09W BIVOLT - LAMPADA - LAMPADA DE LED, TIPO BULBO, MINIMO 12W, BIVOLT, NA COR BRANCO FRIO 6500K, BASE E27, MÍNIMO 850 LUNEN, CERTIFICADA.	UN	100
81.	LAMPADA LED 20W BIVOLT - LAMPADA - LAMPADA DE LED, TIPO BULBO, MINIMO 12W, BIVOLT, NA COR BRANCO FRIO 6500K, BASE E27, MÍNIMO 850 LUNEN, CERTIFICADA.	UN	100
82.	LAMPADA ULTRA LED 30W E-27 6.5K	UN	100
83.	LAMPADA ULTRA LED 40W E-27 6.5K	UN	100
84.	LAMPADA VAPOR MERCURIO 125W 6300 LUNENS VIDA UTIL 24000 HORAS - LAMPADA VAPOR DE MERCURIO - NO FORMATO OVOIDE, COM POTENCIA NOMINAL DE 125W, BASE ROSCA E-40	UN	40
85.	LAMPADA VAPOR METALICO 400W - LAMPADA VAPOR METALICO - NO FORMATO OVOIDE, COM POTENCIA NOMINAL DE 400W-220V, ENCAIXE DA LAMPADA ROSCA E40, FABRICACAO CONFORME.	UN	40
86.	LÂMPADA TUBULAR 120CM CONSUMO DA TUBULAR LED T18 18W, SOQUETE COMUM (G13), BIVOLT, COR DA LUZ BRANCO FRIO 6500K, LÂMPADA LUZ DO DIA, FLUXO LUMINOSO DE 1890LM NO MÍNIMO	UN	50
87.	LÂMPADA TUBULAR 60CM CONSUMO DA TUBULAR LED T18 18W, SOQUETE COMUM (G13), BIVOLT, COR DA LUZ BRANCO FRIO 6500K, LÂMPADA LUZ DO DIA, FLUXO LUMINOSO DE 1890LM NO MÍNIMO	UN	50
88.	LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W 120CM BRANCA NEUTRA – MODELO DE REF. AVANT	UN	100
89.	LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W 60CM BRANCA NEUTRA - MODELO DE REF. AVANT	UN	100
90.	PLAFON LED EMB QUA 12X12 6W 6.500K BIVOLT	UN	80
91.	PLAFON LED SOB QUA 12X12 6W 6.500K BIVOLT	UN	20
92.	PLAFON LED EMB QUA 22X22 18W 6.500K BIVOLT	UN	80
93.	PLAFON LED SOB QUA 22X22 18W 6.500K BIVOLT	UN	20
94.	PLAFON LED EMB QUA 40X40 24W 6.500K BIVOLT	UN	80
95.	PLAFON LED SOB QUA 40X40 24W 6.500K BIVOLT	UN	40
96.	PLAFON LED EMB QUA 30X30 24W 6.500K BIVOLT	UN	80
97.	PLAFON LED SOB QUA 30X30 24W 6.500K BIVOLT	UN	40
98.	REFLETOR HOLOFOTE MICRO LED SLIM 50W BRANCO FRIO	UN	100
99.	REFLETOR HOLOFOTE MICRO LED SLIM 100W BRANCO FRIO	UN	100
100.	REFLETOR HOLOFOTE MICRO LED SLIM 400W BRANCO FRIO	UN	100



101.	LUMINÁRIA TUBULAR FLAT LED 24W SOBREPOR SLIM CALHA	UN	100
102.	LUMINÁRIA TUBULAR FLAT LED 36W SOBREPOR SLIM CALHA	UN	100
103.	LAMPADA E40 MISTA 500 W	UN	25
104.	LAMPADA FLUOR ECONOM. 20W/127V	UN	30
105.	LAMPADA FLUOR ECONOM. 25W/127V	UN	100
106.	LAMPADA FLUOR ECONOM. 34W/127V	UN	100
107.	LAMPADA FLUOR ECONOM. 45W/127V	UN	100
108.	LAMPADA HALOGENA 127V/70W	UN	20
109.	LAMPADA HALOGENA 220V/42W	UN	60
110.	LAMPADA MISTA 160WX220V E27	UN	100
111.	LAMPADA MISTA 250WX220V E27	UN	120
112.	LUMINARIA TARTARUGA FERRO	UN	50
113.	MIGUELÃO P/ FIO COM 15 UND	PCT	50
114.	MIGUELÃO TIPO GARRA P/ FIO C/15	PCT	50
115.	PADRAO CEMIG 110 CONTRA 01 CAIXA	UN	25
116.	PADRAO CEMIG 110 CONTRA 02 CAIXA	UN	15
117.	PADRAO CEMIG 110 FAVOR 01 CAIXA	UN	25
118.	PADRAO CEMIG 110 FAVOR 02 CAIXA	UN	25
119.	PADRAO CEMIG 220 CONTRA 01 CAIXA	UN	25
120.	PADRAO CEMIG 220 FAVOR 01 CAIXA	UN	30
121.	PINO FEMEA 20 AMPERES	UN	60
122.	PINO FEMEA 10 AMPERES	UN	100
123.	PINO MACHO 20 AMPERES	UN	100
124.	PINO MACHO 10 AMPERES	UN	200
125.	PLAFONIER BOCAL PORCELANA BCA	UN	200
126.	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 06/08 CHAVES	UN	10
127.	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 12/16 CHAVES	UN	10
128.	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 3/4 CHAVES	UN	10
129.	RESISTENCIA CHUVEIRO 127V	UN	100
130.	RESISTENCIA CHUVEIRO 220V	UN	100
131.	ROLDANA PLASTICA C/ PREGO	UN	150
132.	ROLDANA PORCELANA 72X72M	UN	150
133.	SONDA PASSA FIO 10 MTS EM AÇO	UN	50
134.	SONDA PASSA FIO 20 MTS EM AÇO	UN	50
135.	ADAPTADOR DE TOMADA 3 PINOS	UN	100
136.	CANAleta PVC BRANCA COM FITA DUPLA FACE 20X10X200MM	UN	1.500
137.	TOMADA EM BARRA DUPLA	UN	50
138.	TOMADA EM BARRA TRIPLA	UN	50
139.	TOMADA EM BARRA QUADRUPLA	UN	50
140.	TOMADA EXTERNA	UN	100
141.	REFLETOR LED 50W 3000K (BRANCO FRIO) IP66. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	300
142.	REFLETOR LED 100W 3000K (BRANCO FRIO) IP66. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	300



143.	REFLETOR LED 200W 3000K (BRANCO FRIO) IP66. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	300
144.	REFLETOR LED SMD 1.200W MODULAR STADIUM, BIVOLT, IP66 LINHA PROFISSIONAL. ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA NOMINAL: 1.200W; TENSÃO BIVOLT: 85-265VAC; FREQUÊNCIA: 50-60HZ CORRENTE 127V; CORRENTE 200V; FATOR POTÊNCIA: 0.965; DISTORÇÃO HARMÔNICA: <10; EFICIÊNCIA LUMINOSA: 140 LM/W; IRC: >80 GARANTIA: 5 ANOS; FLUXO LUMINOSO: 168.000 LÚMENS; ÂNGULO DE ABERTURA DE LUZ: 10, 38, 60 OU 90°; TONALIDADE DE ILUMINAÇÃO: 3.000K, 4.000K OU 6.500K; TIPO DE LED: SMD 3030 PHILIPS (OU COMPATÍVEL); MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO; FIXAÇÃO: ALÇA OU GANCHO J; PESO: 24 KG; ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP66; VIDA ÚTIL: 80.00HS.	UN	50
145.	LUMINÁRIA PÉTALA, COM RELE FOTOCÉLULA, POTÊNCIA 100W, VOLTAGEM BIVOLT, COR BRANCO FRIO DE MÍNIMO 6000K, PROTEÇÃO IP66, A PROVA DE ÁGUA, PROJETO FOCAL ALTA POTÊNCIA, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	50
146.	LUMINÁRIA PÉTALA, COM RELE FOTOCÉLULA, POTÊNCIA 50W, VOLTAGEM BIVOLT, COR BRANCO FRIO DE MÍNIMO 6000K, PROTEÇÃO IP66, A PROVA DE ÁGUA, PROJETO FOCAL ALTA POTÊNCIA, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	100
147.	LUMINÁRIA LED ILUMINAÇÃO PÚBLICA POSTE CEMIG, COM RELE FOTOCÉLULA, POTÊNCIA MÍNIMA 200W, VOLTAGEM BIVOLT, COR BRANCO FRIO DE MÍNIMO 5000K, PROTEÇÃO IP66, A PROVA DE ÁGUA, PROJETO FOCAL ALTA POTÊNCIA, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	50
148.	LUMINÁRIA LED ILUMINAÇÃO PÚBLICA POSTE CEMIG, COM RELE FOTOCÉLULA, POTÊNCIA MÍNIMA 300W, VOLTAGEM BIVOLT, COR BRANCO FRIO DE MÍNIMO 5000K, PROTEÇÃO IP66, A PROVA DE ÁGUA, PROJETO FOCAL ALTA POTÊNCIA, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	100
149.	REFLETOR DE LED LINEAR PARA CAMPO DE FUTEBOL 1000W IP68 FLOOD LIGHT 5 MÓDULOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. PRECISA POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	200
150.	REFLETOR COLORIDO – MÍNIMO 16 CORES. POTÊNCIA MÍNIMA 400W. ACOMPANHAR CONTROLE REMOTO.	UN	100



151.	BRAÇO TUBO EM AÇO GALVANIZADO IP 3, PARA LUMINÁRIA. COMPRIMENTO 3 METROS COM PARAFUSOS E CINTA DE FIXAÇÃO	UN	100
152.	BRAÇO TUBO EM AÇO GALVANIZADO IP 3, PARA LUMINÁRIA. COMPRIMENTO 1,8 METROS COM PARAFUSOS E CINTA DE FIXAÇÃO	UN	100

3. DO FORNECIMENTO.

3.1. Os produtos devem ser entregues após o envio da ordem de fornecimento.

3.2. Na formulação de contrato o prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

3.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO FRACIONAMENTO.

4.1. A aquisição de material elétrico busca atender as demandas pontuais que se fizerem necessárias ao longo do ano contratual, de modo a garantir o funcionamento eficiente do serviço público. Panes elétricas, novas construções, ampliação da rede elétrica está sujeita a serem realizadas conforme planejamento do órgão. Nesse sentido, o registro de preços de itens elétricos torna a contratação pública econômica, diligente e planejada, já que iremos ter sempre produtos novos, atualizados e em conservação ideal. De modo a tornar eficiente as aquisições públicas, cumpre que a licitação atende todas as finalidades almejadas, principalmente quanto à gestão, planejamento e eficiência econômica.

4.2. Será fracionado o serviço/produtos, conforme a necessidade das demandas do órgão solicitante.

5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE PAGADORA.

5.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

Classificação Orçamentária		Ficha Orçamentária
02.01.01.04.122.0402.2010	3.3.90.30.00	Ficha 77
02.01.01.04.122.0402.2011	3.3.90.30.00	Ficha 83
02.02.01.04.122.0401.2015	3.3.90.30.00	Ficha 112
02.03.01.04.123.0403.2017	3.3.90.30.00	Ficha 127
02.04.01.12.122.1201.2019	3.3.90.30.00	Ficha 144
02.04.01.12.361.1202.1011	4.4.90.51.00	Ficha 160
02.04.01.12.361.1202.2021	3.3.90.30.00	Ficha 166
02.04.01.12.364.1208.2036	3.3.90.30.00	Ficha 196
02.04.01.12365.1203.1011	4.4.90.51.00	Ficha 202
02.04.01.12.365.1203.2219	3.3.90.30.00	Ficha 208



02.04.01.12.365.1203.2220	3.3.90.30.00	Ficha 217
02.05.01.10.122.1002.2037	3.3.90.30.00	Ficha 270
02.05.01.10.122.1002.2049	3.3.90.30.00	Ficha 277
02.05.01.10.301.1001.1018	4.4.90.51.00	Ficha 280
02.05.01.10.301.1001.2234	3.3.90.30.00	Ficha 332
02.05.01.10.302.1001.1018	4.4.90.51.00	Ficha 336
02.05.01.10.302.1001.1108	4.4.90.51.00	Ficha 338
02.05.01.10.302.1001.1109	4.4.90.51.00	Ficha 340
02.05.01.10.302.1001.2097	3.3.90.30.00	Ficha 360
02.05.01.10.302.1001.2248	3.3.90.30.00	Ficha 376
02.05.01.10.303.1001.2046	3.3.90.30.00	Ficha 388
02.05.01.10.305.1003.2048	3.3.90.30.00	Ficha 418
02.06.01.08.122.0401.2050	3.3.90.30.00	Ficha 439
02.06.01.11.334.1101.2102	3.3.90.30.00	Ficha 454
02.06.02.08.244.0801.1105	3.3.90.30.00	Ficha 470
02.06.02.08.244.0801.1105	4.4.90.51.00	Ficha 472
02.06.03.14.243.1401.2061	3.3.90.30.00	Ficha 506
02.06.05.13.391.1302.2226	3.3.90.30.00	Ficha 524
02.06.05.13.392.1301.2064	3.3.90.30.00	Ficha 535
02.06.05.13.393.1301.2065	3.3.90.30.00	Ficha 540
02.06.06.23.695.2301.2096	3.3.90.30.00	Ficha 554
02.07.01.20.122.2001.2075	3.3.90.30.00	Ficha 568
02.07.01.20.605.2002.2230	3.3.90.30.00	Ficha 579
02.07.01.20.606.2001.2109	3.3.90.30.00	Ficha 584
02.07.01.20.606.2002.2232	3.3.90.30.00	Ficha 596
02.07.02.18.541.1801.2217	3.3.90.30.00	Ficha 609
02.08.01.15.122.1502.2077	3.3.90.30.00	Ficha 613
02.08.01.15.122.1502.2077	4.4.90.51.00	Ficha 616
02.08.01.15.451.1501.1040	3.3.90.30.00	Ficha 619
02.08.01.15.451.1501.1040	4.4.90.51.00	Ficha 623
02.08.01.15.451.1501.1060	4.4.90.51.00	Ficha 625
02.08.01.15.451.1501.2076	3.3.90.30.00	Ficha 633
02.08.01.15.451.1501.2091	3.3.90.30.00	Ficha 640
02.08.03.17.511.1702.1026	4.4.90.51.00	Ficha 661
02.08.03.17.512.1701.1043	3.3.90.30.00	Ficha 665
02.08.03.17.512.1701.1043	4.4.90.51.00	Ficha 668
02.08.03.17.512.1701.1107	4.4.90.51.00	Ficha 669
02.09.01.27.122.2701.2068	3.3.90.14.00	Ficha 684
02.09.01.27.812.2701.1025	4.4.90.51.00	Ficha 690
02.10.01.06.181.0601.2083	3.3.90.30.00	Ficha 719
02.10.01.06.181.0601.2086	3.3.90.30.00	Ficha 736

6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.

6.1. Informamos que a elaboração do PCA do município ainda se encontra em andamento, não havendo esse instrumento de planejamento no corrente exercício financeiro.



6.2. Para esta contratação será adotado o devido processo de licitação, pois o preço de referência constante no quadro acima deste termo de referência está acima do limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, após a assinatura da ata, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, conforme acordo entre as partes interessadas.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

8.1. O prazo de entrega da mercadoria é de 03 (três) dias, após a emissão da ordem de fornecimento. Caso a empresa não consiga entregar a mercadoria em tempo hábil, estipulado pelo contrato, a mesma será notificada 01 (uma) vez, se a problemática a persistir será notificada mais 01 (uma), podendo haver a rescisão contratual direta pela parte em desacordo.

8.2. O serviço será disponibilizado após a assinatura da ata.

8.3. A mercadoria será recebida provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. As mercadorias poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. As mercadorias serão recebidas definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.8. As mercadorias deverão ser entregues na sede do órgão, no endereço da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870**, no horário das 07h00min às 13h00min.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. A emissão da nota fiscal, deverá conter todas as informações provenientes da ordem de fornecimento/serviço, como o nome do órgão emissor e CNPJ.

10.1.3. A contratada deverá emitir a nota fiscal com os dados da conta bancária, na qual o pagamento deverá ser executado.

10.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



11. DA SUBCONTRATAÇÃO.

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

13.1. A execução deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

13.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

13.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

13.9. A fiscalização do cumprimento do objeto deste pacto ficará a cargo do servidor municipal devidamente designado por portaria.



14. DO PAGAMENTO.

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, cujas certidões deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal.

14.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências administrativas com fito de realizar o pagamento.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será verificado a regularidade fiscal da contratada.

14.8. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

14.13. Será rescindido a ata de registro em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15. DO REAJUSTE.

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Dentro do prazo de vigência da ata de registro de preços e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o demonstrativo de notas fiscais anteriores e posteriores dos produtos adquiridos pela empresa, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. EXTINÇÃO DO CONTRATO.

17.1. Constituirão motivos para extinção da ata de registro de preço, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

17.2. A extinção da ata de registro de preço poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial

17.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

17.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



- 17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.5.3. Indenizações e multas.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

18.1. A garantia da execução dos serviços/entrega dos produtos, contara a partir do momento da assinatura do contrato, entre as partes interessadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 19.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 19.1.9. Fraudar a dispensa/ pregão eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da ata;
- 19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 19.1.13. praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

19.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ou legislação local, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, e demais normas locais.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado total da contratação será realizado pelo departamento de compras e será juntado ao presente termo, dele fazendo parte.

21. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO.



21.1. A fiscalização do cumprimento do objeto deste pacto ficará a cargo de escolha pela gestão da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município, sendo nomeado através de portaria interna, designando assim, o servidor responsável, para a fiscalização do cumprimento deste objeto.

21.2. A portaria interna designando o fiscal do contrato deste objeto, deverá acompanhar este termo de referência, junto com a declaração de aceite de fiscal de contrato.

22. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

22.1. A nota fiscal deverá ser emitida com o nome do órgão solicitante - PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, no endereço: AV. ARGEMIRO BARBOSA DA SILVA, Nº 870, CENTRO, CEP: 38.650-000, BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG.

Bonfinópolis de Minas, 28 de março de 2025.

Guilherme Franklin de Carvalho Santos
Secretário Municipal de Administração e Planejamento